

ACTA Nº 11

Acta da Sessão Ordinária do dia 27 de Abril de 2007

----- Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Óscar Lopes Francisco, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia começou por agradecer a todos os membros da assembleia a presença nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril. -----

----- Feita a chamada verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Hugo Jorge, Ana Maria Vasconcelos, Tony Richard, que foi substituído pelo senhor Paulo Santos, Dulcília Sereno, que foi substituída pela senhora Rosa Francisco e Manuel Bogalho, que foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e à votação a acta da sessão anterior. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro demonstrou a sua não concordância com a forma como foi apresentada em acta a discussão da aprovação da carta educativa. -----

----- Após a votação, a acta da sessão anterior foi aprovada com vinte e um votos a favor e seis abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou por agradecer aos membros do executivo camarário que estiveram presentes na visita ao concelho de Vagos, organizada pelo grupo municipal do PSD. Relativamente à habitação social, o deputado considerou fundamental a medida no concelho de Vagos, mas que apenas fazia sentido se fosse vista como uma solução transitória e não definitiva, tendo colocado questões acerca dos atrasos nas obras do bairro Dr. Pedro Guimarães e acerca da atribuição dos fogos. Em relação à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), dadas as suas responsabilidades na nomeação dos elementos desta comissão, e após ter acompanhado de perto o trabalho realizado, considerou que esta comissão não se encontrava a funcionar bem, o que se verificou nas eleições para o Presidente da Comissão e sua posterior demissão. Neste âmbito, deixou a questão se a demissão do presidente da CPCJ não terá sido um facto político para distrair as pessoas do trabalho realizado pelo PSD no concelho de Vagos. Por fim deixou um apelo para a participação de todos na semana cultural. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido iniciou a sua intervenção lembrando a aprovação em Assembleia de um empréstimo para o alcatroamento da Estrada Florestal, junto ao Parque de Campismo, pensando que seria para salvar o trânsito na Estrada de Alta Tensão, em virtude do fecho da Ponte da Barra. Tendo passado quase um ano da aprovação do empréstimo e não se tendo ainda as obras iniciado, questionou o executivo para quando é que estava previsto o início das obras e se estavam pensadas algumas intervenções na Estrada de Alta Tensão. Chamou

ainda a atenção para as juntas de dilatação da Ponte da Vagueira e felicitou a Câmara pela colocação dos abrigos para passageiros dos transportes públicos na Gafanha da Boa Hora. Mostrou ainda alguma indignação e preocupação com a venda ambulante na Vagueira, considerando que esta estaria a criar desigualdades com as pessoas que pagam os seus espaços comerciais, apelando à Câmara para que una todos os esforços para tentar resolver este matéria. De seguida, evidenciou o seu descontentamento e preocupação relativamente à política economicista do governo central, que pretende obrigar à deslocação da lota da Praia da Vagueira para a Praia de Mira, pondo assim o futuro da Arte Xávega em causa e trazendo implicações muito graves para a população pesqueira e população da Praia da Vagueira. Como tal, apresentou em nome do Grupo Municipal do PSD uma proposta de moção de protesto. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação a leitura da proposta de moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. -----

----- A leitura da proposta de moção de protesto foi aprovada por unanimidade. -----

----- Realizada a leitura, o senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão a moção de protesto. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta demonstrou a sua surpresa pela posição tomada pelo deputado Joaquim Plácido, pois este não justificou com argumentos válidos e concretos a afirmação, a responsabilidade da política economicista do Governo no encerramento da lota da Vagueira, considerando que era um assunto demasiado sério e importante que deveria ser claramente afastado de manobras políticas. Afirmou que sendo a arte xávega um dos poucos aspectos que mostra a singularidade do concelho de Vagos perante os demais, se deviam juntar todos os membros da Assembleia e convidar toda a gente que esteja disponível para resolver este tão importante problema. Reconheceu, no entanto, os esforços realizados pela Câmara Municipal no sentido de encontrar soluções para este problema. Por último demonstrou toda a sua disponibilidade para defender os interesses dos pescadores da Arte Xávega, e salvaguardar o futuro desta arte tão importante no concelho de Vagos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro solicitou aos proponentes da moção ou à Câmara que contextualizasse melhor esta questão, concedendo mais informações sobre este assunto. No entanto, considerou evidente que a posição de Grupo Municipal seria sempre o de estar na linha da frente em defesa da Arte Xávega. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido manifestou desde logo a sua disponibilidade para defender a Arte Xávega, dando o exemplo da moção de protesto aprovada em Assembleia dois anos antes, contra as portagens na A17, para explicar que este problema não tem nada de manobra política. Defendeu que, perdendo-se a lota na Praia da Vagueira, a qualidade de vida na localidade irá diminuir, já que a Arte Xávega tem um papel fundamental no futuro da praia e do próprio concelho, funcionando como uma espécie de “cartão de visita”. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado realçou que esta matéria não era um facto político, mas um assunto de interesse municipal e que o objectivo do Grupo Municipal foi chamar a atenção para uma questão importante e marcar uma posição de defesa dos pescadores da Arte Xávega. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta considerou que o facto político deste problema estava desde logo criado não no tema em si, mas nas tentativas de imputar à partida responsabilidades políticas sem apresentar argumentos válidos. Reiterou, no entanto, a sua total disponibilidade e vontade para resolver o problema. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a moção de protesto do grupo municipal do PSD. -----

----- A moção de protesto foi aprovada com vinte e um votos a favor e um contra. -----

----- O senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado Mário Tarenta para que apresentasse uma declaração de voto. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta leu a declaração de voto que consistia em “ Embora aceitemos claramente e apoiemos totalmente a iniciativa do senhor deputado Joaquim Plácido, qual seja trazer para a linha da frente das preocupações de todos os vaguenses os problemas que a Arte Xávega atravessa neste momento, estando inteiramente disponíveis para ajudar a ultrapassar esta fase difícil que os nossos pescadores atravessam, não aceitamos os argumentos apresentados no texto da moção para sustentar a sua apresentação nesta Assembleia, daí o nosso voto contra. Com a consciência plena de que este voto contra nada vale nem nada poderá valer quanto ao êxito dos proponentes da moção na resolução do único problema que ela apresenta”. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora deputada Dina Ribeiro, voltando ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro chamou a atenção para dois problemas existentes no concelho de Vagos: o primeiro respeitante ao saneamento em Salgueiro, onde há registo de munícipes que têm os esgotos já ligados ao saneamento. Porém, dado que este não está ainda a funcionar, os esgotos saem pela última tampa de saneamento da estrada que faz a ligação entre Salgueiro e a Palhaça, sujando a estrada e os carros e apresentando um risco para a saúde pública. O outro problema diz respeito à sinalização deficitária das obras de saneamento em Santa Catarina, especialmente para quem circula de norte para sul. Sobre a questão da CPCJ, considerou ser uma questão que a incomoda, lembrando a substituição, de forma velada, dos nomes indicados pela bancadas quer do CDS quer do PS, que aconteceu na sessão de Fevereiro de dois mil e seis, e que considerou inqualificável. Considerou ainda pouco respeitosa, para quem tinha dado a cara por aquelas causas, as explicações dadas nessa Sessão pelo PSD. Finalmente, considerou que quem saiu a perder neste processo todo foram as crianças e os jovens do concelho de Vagos e que a partidarização das associações concelhias não dignifica os políticos locais. -----

----- O senhor deputado José Lazaro iniciou a sua intervenção esclarecendo que não esteve presente nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril por motivos pessoais inadiáveis. Questionou o Executivo pela falta das placas indicadoras quer da Zona Industrial quer do Pavilhão Municipal, falta essa a que já tinha feito referência em sessões anteriores. Interrogou ainda o Executivo sobre o ponto da situação da circular a poente da Vila de Vagos, e da promessa eleitoral da ampliação da Zona Industrial até ao Estradão da Lomba. Deixou ainda mais algumas questões, às quais gostaria de obter respostas: o ponto da situação do Centro de Saúde, o corte das árvores frente ao edifício João Grave e a consequente construção de duas fontes luminosas que nem água têm. -----

----- O senhor deputado André Pinho agradeceu ao Executivo as obras realizadas no largo da sede dos escuteiros de Calvão. -----

----- O senhor deputado Mario Tarenta demonstrou a sua indignação pelo o que se passou nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril, mais precisamente o que se passou com a sua pessoa e com o Grupo Coral e Polifónico de

Santa Cecília, de Calvão, considerando que se tratou de uma falta de respeito por quem tinha sido convocado para estar presente nas festividades e que o povo vaguense teria ficado privado de ouvir todas as vozes, incluindo as do Coral de Calvão por causa do desleixo e da inabilidade de outrem. Afirmou que o facto do PSD ter maioria absoluta lhe deveria dar maior responsabilidade, e deveria permitir dar lições de democracia em função da posição em que se encontra e solicitou uma explicação para o que aconteceu, entendendo que merecia conhecer as razões para tal. Em relação à situação da CPCJ assegurou que objectivamente não sabia o que se tinha passado, e que ninguém tinha ainda tido a coragem para explicar o que sucedeu. Mostrou algum espanto sobre a questão da visão economicista do governo central, garantindo que a coragem de assumir esta visão está precisamente na administração local. Reconheceu o esforço da Câmara, no sentido de dotar o concelho de Vagos ao nível de infra-estruturas viárias, louvando em particular o senhor vereador Fernando Capela. Para terminar, mais uma vez garantiu estar disponível para ir para o terreno para ajudar os pescadores da Arte Xávega. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por lamentar o percurso inicial da Sessão, e pedir desculpas ao senhor deputado Mário Tarenta e ao Grupo Coral e Polifónico de Santa Cecília, de Calvão, pelo desacerto horário nas comemorações do Vinte e Cinco de Abril, que foi provocado pela própria Câmara. Considerou que as comemorações tinham ficado marcadas pela pouca afluência dos deputados, percebendo que estas seriam talvez demasiado monótonas, mas que a culpa desta monotonia era sobretudo dos próprios deputados e do executivo. Acerca das intervenções anteriores, e no que diziam respeito aos factos políticos, preferiu não comentar. Acerca do bairro Dr. Pedro Guimarães, referiu que neste momento estão a iniciar-se os arranjos exteriores, e que só após estes estarem finalizados é que as pessoas se vão candidatar aos novos fogos sociais, chamando a atenção para as más condições em que se encontrava o primeiro bloco construído, que vão obrigar à tomada de medidas para resolver este problema. Relativamente ao Regulamento, referiu que já se encontra em revisão. Sobre a CPCJ, lembrou as justificações dadas em sessão anterior, que levaram ao conflito do Dr. Carlos Maia quer com a Câmara, quer com um grupo de deputados do PSD, deixando claro que neste processo em nenhuma circunstância as crianças e jovens foram prejudicados. No que diz respeito ao alcatroamento da Estrada Florestal n.º1, afirmou que este só será efectuado aquando do parecer favorável da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) à proposta de revisão do PDM de Vagos, revelando que a reunião da CTA está marcada para dia três de Maio. Relativamente à Estrada de Alta Tensão, revelou que se irá proceder à repavimentação da via. Acerca das juntas da dilatação da Ponte da Vagueira, considerou que existem algumas falhas, mas que não põe em causa a segurança da travessia, tendo já sido tomadas medidas para que as juntas sejam reparadas com a maior brevidade possível. No que diz respeito à venda ambulante, confirmou que não tinha sido autorizada este ano a venda ambulante na Praia da Vagueira, estando neste momento a decorrer reuniões com a GNR para se definir a fiscalização. Em relação à lota da Vagueira, considerou que o texto da moção deveria ser mais denso e com mais conteúdo, no sentido de solicitar à Docapesca o não encerramento da lota da Vagueira, concordando com a ideia da política economicista que o Ministério da Agricultura e Pescas teve neste processo. Quanto às questões levantadas pela senhora deputada Dina Ribeiro, revelou que em Salgueiro existe uma única ligação autorizada à conduta central da rede de saneamento, havendo no

entanto algumas cisternas a ser despejadas na conduta central. O problema será resolvido com a ETAR de Salgueiro, já se encontra adjudicada. Em relação à pouca sinalização em Santa Catarina, concordou em absoluto, revelando que irá tomar as medidas necessárias para resolver o problema. Relativamente à falta de placas indicadoras da Zona Industrial e do Pavilhão, afirmou que já foram solicitadas as placas às entidades competentes, estando a Câmara à espera de resposta. Revelou que nunca esteve nos planos deste executivo o alargamento da Zona Industrial de Vagos em direcção ao Estradão da Lomba. No que diz respeito à abertura do Centro de Saúde, revelou que as responsabilidades pertencem por inteiro à Administração Regional de Saúde. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia considerou que tinha sido ultrapassado o tempo disponível para o Período de Antes da Ordem do Dia e informou da necessidade de interromper a Sessão para as eleições dos membros da Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA), havendo a possibilidade de a retomar logo a seguir ou então noutro dia a combinar com os senhores deputados. -----

----- Após reunião com os porta-vozes de todos os grupos municipais, o senhor Presidente da Mesa anunciou que, por motivo da realização das eleições para os membros da Assembleia da GAMA, a sessão iria ser interrompida, continuando no dia trinta de Abril pelas vinte horas. Informou também que existia um lapso na elaboração do edital da ordem do dia, e que não eram cinco mas sim quatro os pontos em discussão nesta sessão. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado mostrou alguma indignação com declarações que apontam a intenção do PSD em partidarizar as associações do concelho e considerou que o objectivo das pessoas do PSD era apenas o desenvolvimento das suas freguesias e era natural que estivessem a participar activamente nessas mesmas associações. Relativamente à Arte Xávega, o senhor deputado disponibilizou-se e solicitou aos porta-vozes dos outros grupos municipais uma reunião com os munícipes da Gafanha da Boa Hora ligados à Arte Xávega para elaboração do documento sugerido pelo senhor Presidente. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por corrigir a afirmação do senhor Presidente da Câmara, garantindo que a questão não está no acreditar ou não acreditar e que nunca foram discutidas as razões do conflito na CPCJ, considerando lamentável que estas razões tenham sido trazidas para a praça pública, revelando que o seu descontentamento e revolta foi pela forma como foi conduzido o processo, lembrando o acordo, proposto pelo deputado Silvério Regalado, para a indicação de nomes para a CPCJ e não cumprido pelo próprio Grupo Municipal do PSD. Em relação à acta da sessão anterior, aproveitou para esclarecer que a posição global da bancada se encontrava retratada na acta, mas que foram utilizados alguns argumentos que não aparecem na mesma. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta, a propósito da partidarização das associações, considerou ser uma questão fantasma, que nunca foi levantada pelo PS e apenas se encontra na cabeça do senhor deputado Silvério Regalado. Considerou que sentiu, no pedido de desculpas apresentado pelo senhor Presidente, um pouco de ironia e que para resolver este problema bastava que se tivesse sido cumprido o horário ou um telefonema. Em relação à visão economicista, considerou que neste momento o país vive um tempo de vacas magras e de apertar o cinto, mas que não tem qualquer fundamento no caso da Arte Xávega. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que a visão economicista era aquela que determinava o

encerramento da lota e que afecta a Arte Xávega. Esclareceu ainda que o pedido de desculpas apresentado ao senhor deputado Mário Tarenta e ao Grupo Coral e Polifónico de Santa Cecília nada tem de irónico. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu por suspensa a Sessão, que se reiniciará no dia trinta de Abril pelas vinte horas, com o período da ordem do dia.-----

Acta da Sessão Ordinária do dia 27 de Abril de 2007 (prolongamento)

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas vinte horas, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do Senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Óscar Lopes Francisco, respectivamente primeiro e segundo secretários, para a continuação da sessão ordinária de dia vinte sete de Abril. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à Sessão os seguintes deputados municipais: Hugo Jorge, Tony Richard, que foi substituído pelo senhor Paulo Santos, Dulcília Sereno, que foi substituída pela senhora Rosa Francisco, Manuel Bogalho, que foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira, José Lázaro Ferreira, Maria Helena Marques, Licínio Ramos, que foi substituído pelo senhor Manuel Reverendo e Silvério Rua, que foi substituído pelo senhor António Rosa. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO PONTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre vinte de Fevereiro a vinte e três de Abril de dois mil e sete. -----

----- **PONTO DOIS – PRESTAÇÃO DE CONTAS / 2006 - APROVAÇÃO.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor Vice-presidente, para apresentação do documento. --

----- O senhor Vice-presidente começou por referir que as contas do ano de dois mil e seis tinham mais elementos de análise do que o usual, não os ideais, mas os imprescindíveis para uma análise correcta, revelando um esforço para que os indicadores da área patrimonial do município apareçam já no próximo ano. Relativamente às contas, demonstrou a diferença entre o aspecto formal de execução do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Afirmou, em primeiro lugar, que estas contas cumprem na totalidade com o que a lei define e com as imposições presentes no Orçamento Geral do Estado. De seguida, revelou que o objectivo em termos de execução do orçamento era atingir os valores de execução orçamental, quer a nível de despesa quer a nível de receita, que não deixassem nenhuma margem para dúvidas relativamente à execução. No que diz respeito da execução ao nível da receita salientou o aumento significativo ocorrido, atingindo o valor de 75,6%, realçando que nunca a Câmara tinha tido uma execução que passasse dos 55%. Relativamente à execução da despesa, o valor chegou aos 73,2%, tendo

crescido cerca de 20 % em relação ao que era habitual. Quanto à execução do PPI, foram atingidos valores na ordem dos 48,9%, estando este valor definido por defeito. Quanto ao passivo, e apesar de ter sido contraído um empréstimo, no ano de dois mil e seis, baixou cerca de 1,6 milhões de euros. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido considerou que o documento apresenta um nível de execução do investimento bastante relevante, reconhecendo que o Executivo tinha conseguido dar cumprimento ao elevado número de investimentos proposto no Orçamento e PPI de dois mil e seis. A terminar, fez uma retrospectiva das execuções dos orçamentos anuais desde de dois mil e um. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta referiu que após a sumária apresentação do senhor Vice-presidente, tinha ficado com a impressão que tudo tinha corrido bem quer a nível de execução orçamental, quer a nível de receitas, quer a nível das despesas, aproveitando para esclarecer algumas dúvidas que lhe foram surgindo na leitura do documento. A primeira questão incidiu na diferença nos valores do rácio investimento despesa total desde 2003. Outra dúvida apresentada tinha a ver com os montantes previstos e executados ao nível da saúde, apetrechamento informático das escolas e serviços individuais de saúde. Questionou ainda a falta de orçamento previsto e de execução de algumas obras municipais, entre as quais o arranjo urbanístico do Posto Médico de Ponte de Vagos e o arranjo urbanístico da Praia da Vagueira. Interrogou o Executivo sobre qual o ponto da situação do Estádio Municipal, questionando a falta de verba para a demolição, remodelação ou reaproveitamento do espaço. Por fim, afirmou não entender a disparidade de projectos previstos no PPI de 2006 e que não tinham execução. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa questionou o executivo sobre qual a relevância da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) na execução do orçamento. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado realçou, em nome da bancada do PSD, os números apresentados no documento, considerando que mais importante que as percentagens de execução são os valores absolutos, salientando o crescimento dos valores da receita e a autonomia financeira da Câmara, lembrando que este último aspecto é bastante importante para o futuro quadro comunitário de apoio. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro iniciou a sua intervenção considerando que o importante era a avaliação do PPI de dois mil e seis, e da taxa de execução em termos de obras. Referindo em primeiro lugar os aspectos positivos, considerou que era agradável a evolução da taxa de execução, tendo nos últimos anos estes planos sido cada vez mais realistas. Nos aspectos negativos, salientou que o rácio investimento despesa total, ainda era insuficiente, desejando que este valor pudesse subir no futuro. Outro aspecto referido foi a diferença na subida das despesas de capital e das despesas correntes, considerando que era importante a redução destas. Por fim, e considerando que as contas são o reflexo das opções da Câmara para dois mil e seis e do orçamento Geral de Estado, e como tecnicamente as contas estavam correctas, afirmou que iriam ter voto a favor por parte da bancada do CDS. -----

----- O senhor Vice-presidente, relativamente ao rácio investimento despesa total, afirmou que o objectivo do executivo era chegar aos 40%, e que o resultado de 31,7% era um resultado aceitável, esperando no próximo ano, no pior dos cenários, chegar aos 35%. Afirmou que existem rácios no documento que não satisfazem, reforçando que o que se pretende nestas contas é que sejam transparentes e verdadeiras. No que diz respeito às obras que não se

encontravam no Orçamento, justificou que vinham de trás e que nunca tinham tido execução, sendo precisamente isso que o Executivo deseja que não aconteça, pretendendo-se somente incluir obras que sejam para executar, esclarecendo que houve rubricas de obras que foram abandonadas no Orçamento, mas que foram criadas outras rubricas para a mesma obra. Relativamente às obras não executadas, admitiu que havia questões de ordem técnica e processual que demoravam, e que não teria sido por falta de capacidade financeira mas sim por falta de oportunidade. Relativamente ao IMI, considerou que este teve um relevância financeira relativa, pois terá sido mal lançado em Vagos, criando muito problemas e reclamações, não se sabendo em rigor quanto é que é cobrado deste imposto, estando neste momento previstas reuniões com o perito e o chefe das Finanças para tentar resolver este problema, esperando que este imposto seja a breve prazo muito importante para a autonomia financeira do concelho. Relativamente à questão levantada pela senhora deputada Dina Ribeiro, sobre o aumento da despesa corrente, considerou ser uma dúvida razoável, afirmando que este aumento não se deveu à despesa com pessoal, já que o crescimento dos salários dos funcionários camarários foi negativo, mas sim às muitas obras que se encontram a ser executadas pela serviços operacionais da Câmara. -----

----- O senhor Presidente da Câmara reforçou as respostas dadas pelo senhor Vice-presidente, afirmando que era praticamente improvável que algum dia possa haver uma taxa de execução financeira igual à taxa de execução física, não se mostrando preocupado com este facto, pois a preocupação é que as obras sejam pagas a curto prazo aos empreiteiros e fornecedores. Quanto ao Estádio Municipal, revelou que a obra está parada, à espera de financiamento do quadro comunitário de apoio, que neste momento ainda não tem regras para as candidaturas. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido questionou o Executivo no que dizia respeito às receitas previstas na recolha dos resíduos sólidos no Plano de dois mil e seis e de dois mil e sete. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro afirmou que a explicação dada pelo Executivo relativamente aos aumentos das despesas corrente e de capital, não foi satisfatória, justificando que o argumento que foi utilizado não foi suficientemente claro. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta interrogou o Executivo relativamente à reorganização dos serviços camarários, mais concretamente se existiria na Câmara o designado “desemprego oculto”. -----

----- O senhor Vice-Presidente, respondendo à questão dos resíduos sólidos urbanos, afirmou que na Associação de Municípios da Ria (AMRIA), ficou acordado que os cinco municípios que ainda não cobram taxa dos resíduos sólidos urbanos elaborassem um regulamento e o publicassem, tendo sido acordada desde logo uma taxa a praticar. O regulamento, que já se encontra elaborado, será presente com brevidade à Assembleia para discussão e aprovação, apesar das dificuldades que se prevêem na cobrança desta taxa. Em relação à reorganização dos serviços camarários, afirmou que não haver nenhuma questão política. Reconhecendo a existência de uma inadequação das pessoas às funções, revelou que no início de dois mil e seis havia cerca de quarenta contratados, sem acesso à formação profissional, sendo extremamente difícil a reorganização dos serviços se os técnicos não estiverem no quadro. No entanto, o organigrama funcional da Câmara está redesenhado e com objectivos e condições para serem certificados alguns serviços.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a prestação de contas de dois mil e seis. -----

----- Realizada a votação, os documentos de prestação de contas foram aprovados por unanimidade. -----

----- PONTO TRÊS – ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO BOCO E OUÇA - 2ª FASE – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS/2007 – ALTERAÇÃO DA FORMA DE REALIZAÇÃO. -----

----- O senhor Presidente da Câmara explicou que esta alteração não teria qualquer implicação nos valores e nos objectivos, referindo que existiam várias formas de fazer estações elevatórias, entre as quais por fornecimento de estações elevatórias já feitas e colocadas no local ou feitas de empreitada. No caso da estação elevatória de Boco/Ouçã, estava previsto ser por fornecimento, mas chegou-se à conclusão ser necessária a empreitada, sendo esta a alteração que presente à votação. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a alteração da forma de realização da estação elevatória de Boco e Ouça. -----

----- PONTO QUATRO – MÉRITO EXCEPCIONAL À ASSISTENTE ADMINISTRATIVA PRINCIPAL MARIA HELENA COSTA CAPELA. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por relembrar que, na inspecção do IGAT à divisão de pessoal da Câmara, foram verificados cerca de uma centena de processos que foram considerados mal instruídos e, pelo entendimento do inspector, considerados nulos. Após consulta a um jurista, exclusivamente dedicado ao direito do trabalho, chegou-se à conclusão que apenas em duas situações a autarquia deveria tomar posição, pois os processos não foram claros, sendo uma dessas situações a que está em discussão nesta Sessão. Houve no passado uma reclassificação de um conjunto de funcionários, realizada de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Administrativo (STA), com os processos devidamente instruídos. Entretanto, o STA, através de um acórdão, defendeu que a jurisprudência que estava correcta não era a dominante mas sim a minoritária. Após algumas consultas a juristas, e tendo actuado de acordo com a jurisprudência dominante, só mesmo sendo por obrigação é que haverá lugar à anulação das reclassificações. Por lapso, a única falha que ocorreu neste processo foi que a informação para nomeação de mérito foi anterior à publicação da Lei, sendo porém a deliberação da aprovação do mérito já é posterior a essa publicação. Em conclusão, quer a deliberação da Câmara quer a aprovação da Assembleia não produziram nenhum efeito, cabendo a esta Assembleia desfazer o que foi mal feito na Sessão de vinte e quatro de Setembro de dois mil e quatro. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta confessou que este assunto lhe suscitou algumas dúvidas, mais concretamente a expressão “declaração de nulidade”, explicando que quem teria a competência para declarar a nulidade em sede de contencioso era o órgão hierarquicamente superior ou adjudicativo, considerando ter mais sentido a expressão “ revogação da irregularidade”. -----

----- O senhor Presidente da Câmara considerou que se tratava apenas de uma questão de semântica. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o reconhecimento de nulidade do acto deliberado pela Assembleia. -----

----- Após a votação, foi aprovado por unanimidade o reconhecimento de nulidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia, constatando que não havia público para intervir, deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta. -----

----- De imediato o segundo Secretário, Óscar Lopes Francisco, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----